

Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1^a Secção e das Secções Regionais do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de novembro de 2025 foram visados 89 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), no valor global de 470,2 milhões de euros. O Tribunal não recusou o visto em nenhum processo. Em termos acumulados, já foram visados 1262 contratos até novembro (cerca de 7,7 mil milhões de euros) e foram recusados 21 contratos, no valor global de 34,4 milhões de euros.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS DE NOVEMBRO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	38	18,27	240 940 232,93	51,23
Visto com Recomendações	44	21,15	211 055 755,28	44,88
Declaração de Conformidade Homologada	7	3,37	18 295 021,02	3,89
Recusa de Visto	0	0,0		
Outras extinções da instância (*)	119	57,21		
TOTAL DE DECISÕES	208	100	470 291 009,23	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2025

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	549	18,52	4 150 848 366,69	53,22
Visto com Recomendações	513	17,30	3 129 097 524,60	40,12
Declaração de Conformidade Homologada	200	6,75	485 166 826,73	6,22
Recusa de Visto	21	0,71	34 412 553,92	0,44
Outras extinções da instância (*)	1682	56,73		
TOTAL DE DECISÕES	2965	100	7 799 525 271,94	100

Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto e outras Decisões em processos de fiscalização prévia
- Sínteses de jurisprudência da 1.^a Secção, por assunto e por tipo de decisão